



Porquê escolher a Lei Substantiva Suíça

A Lei Suíça está codificada e é fácil de compreender: a Lei Suíça, tal como as leis de outros países da “civil law”, está codificada e assim é mais facilmente acessível do que nos sistemas jurídicos baseados na jurisprudência. O que, no entanto, distingue a Lei Suíça de outras leis codificadas é que ela está escrita de forma concisa, facilmente compreensível e com pouca linguagem técnica. Além disso, a autoridade de comentários jurídicos providencia uma informação de apoio fiável e uma explicação de todas as disposições legais.

A Lei Suíça está disponível em várias línguas: toda a legislação Suíça está disponível **no sítio da internet do Governo Suíço** nas três línguas oficiais, Alemão, Francês e Italiano. A legislação mais importante, incluindo o Código Civil Suíço e o Código das Obrigações está também disponível em traduções não oficiais em Inglês no mesmo sítio da internet.

A Lei Suíça é familiar para muitas jurisdições: A Lei Suíça dos Contratos é influenciada pelas—e por outro lado também influenciou as—leis de muitas outras jurisdições, incluindo a Alemanha e a França. Foi adotada na Turquia e é similar às leis de muitas jurisdições da “civil law” do Este Asiático.

A Lei Suíça concede a máxima liberdade contratual: a Lei Suíça dos Contratos contém poucas disposições imperativas, permitindo às partes regular contratualmente quase todos os aspetos das suas relações jurídicas, incluindo através de condições e termos contratuais gerais. Até a lei aplicável às relações laborais e às locações imobiliárias, apesar de parcialmente imperativas, permitem uma autonomia das partes muito maior da que se encontra noutros países, incluindo a maior parte dos sistemas jurídicos europeus.

A Lei Suíça é razoável e previsível: onde as partes não tenham previsto diretamente uma matéria, aplicar-se-ão as disposições legais supletivas. Estas disposições supletivas encontram-se alinhadas com as expectativas comerciais internacionais das partes no que toca aos direitos e deveres. Acresce que, ao interpretar a lei, os tribunais Suíços tomam em linha de conta as expectativas razoáveis das partes e as necessidades do comércio.

A Lei Suíça é baseada na boa fé: uma característica crucial da Lei Suíça dos Contratos é que salienta as expectativas razoáveis e a boa fé das partes. Os contratos são interpretados com base na vontade real das partes ou, quando tal não seja possível, com base naquilo que um negociante razoável, atuando de boa fé, deveria ter entendido do contrato ao tempo da sua celebração, tomando em linha de conta todas as circunstâncias do caso. Isto inclui a análise da história das negociações entre as partes e das comunicações contemporâneas entre as partes, o que permite que os contratos sejam mais curtos e mais diretos do que acontece em muitas outras jurisdições.

A Lei Suíça é uma escolha eficiente em termos de custos: devido à sua acessibilidade, ao respeito pela autonomia das partes e à sua inerente flexibilidade, a Lei Suíça permite uma redação eficiente—e na eventualidade do surgimento de um litígio—pode ser diretamente aplicada pelos árbitros de modo genérico sem ser necessário recorrer a prova pericial ou a extensas alegações.

A Lei Suíça dos Contratos passou o teste do tempo: a Lei Suíça tem sido a escolha de lei favorita em incontáveis contratos internacionais desde há décadas, independentemente da origem das partes e do local da arbitragem. Nas arbitragens CCI, entre todos os países da “civil law”, é tradicionalmente a mais frequente seleção de lei aplicável. Este registo é baseado no facto de que a Lei Suíça oferece às partes um grau de acessibilidade, flexibilidade e previsibilidade que poucos—se é que existe algum—outros regimes legais substantivos podem proporcionar.